

Equivalentes em italiano para um dicionário de regência verbal

Italian equivalents for a verbal regency dictionary

140

Fábio Henrique de Carvalho BERTONHA (UNESP)
fabio.bertonha@unesp.br

Recebido em: 30 de set. de 2020.
Aceito em: 04 de nov. de 2020.

BERTONHA, Fábio Henrique de Carvalho. Equivalentes em italiano para um dicionário de regência verbal. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 11, n. esp., p. 140-158, mar. 2022. DOI: 10.22168/2237-6321-11esp2129.

Resumo: Tratamos de continuar o projeto de elaboração do *Dicionário Multilíngue de Regência Verbal* (DMRV), partindo do português para as línguas alemã, espanhola, francesa, inglesa, italiana e japonesa, desenvolvido por estagiários de Iniciação Científica na Universidade Estadual Paulista – UNESP – campus de São José do Rio Preto, sob a coordenação dos docentes Claudia Zavaglia, Rosa M. Silva, Claudia Xatara e Peter Harris; da mesma forma que pelos docentes João Moraes P. Júnior (UNESP – Araraquara) e Eliza Tashito (UNESP – Assis). Neste artigo, fundamentados em Vilela (1995), Biderman (2001), Welker (2005), Castilho (2016) e Ilari (2018), pretendemos destacar nossa participação nesse projeto, tendo como principal objetivo introduzir os correspondentes tradutórios em língua italiana à nomenclatura, em português, do DMRV. Partindo-se de um inventário dos verbos transitivos indiretos (VTI) e verbos transitivos diretos e indiretos (VTDI) por meio de um recorte daqueles mais frequentes no português do Brasil – conforme Berber Sardinha (2004) e com base no Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil (BORBA, 1991), no Dicionário de Usos do Português (BORBA, 2002)

e no Dicionário Houaiss de Verbos da Língua Portuguesa (RODRIGUES, 2003) – foi constituída a nomenclatura do DMRV, o qual, em etapa posterior, recebeu os respectivos equivalentes verbais nas seis línguas supramencionadas. Como resultado, constituímos a microestrutura, em língua italiana, de 1050 verbetes, apresentando equivalentes com e sem preposição e com traduções parafrásicas, quando necessário.

Palavras-chave: Dicionários multilíngues. Equivalentes italianos. Regência verbal.

Abstract: We continue the project for elaborating of *Dicionário Multilíngue de Regência Verbal* (DMRV), from Portuguese to German, Spanish, French, English, Italian and Japanese languages, which was developed by Scientific Initiation scholars at São Paulo State University (Unesp), Institute of Biosciences, Humanities and Exact Sciences, São José do Rio Preto, under the professor coordination of Claudia Zavaglia, Rosa M. Silva, Claudia Xatara, and Peter Harris; as well as by professors João Moraes P. Júnior (UNESP – Araraquara) and Eliza Tashito (UNESP – Assis). In this paper, based on Vilela (1995), Biderman (2001), Welker (2005), Castilho (2016), and Ilari (2018), we intended to highlight our participation in this project, having as main aim to introduce the Italian translational equivalents to Portuguese nomenclature of DMRV. From an inventory of indirect transitive verbs (VTI) and direct and indirect transitive verbs (VTDI) through a selection of those most frequent in Brazilian Portuguese – according to Berber Sardinha (2004) and based on Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil (BORBA, 1991), Dicionário de Usos do Português (BORBA, 2002), and Dicionário Houaiss de Verbos da Língua Portuguesa (RODRIGUES, 2003) – DMRV’s nomenclature was constituted, which, at a later stage, received its respective verbal equivalents in six languages mentioned above. As a result, we constitute an Italian microstructure of 1050 entries introducing equivalents with and without preposition and with paraphrase translations, when necessary.

Keywords: Multilingual dictionaries. Italian equivalents. Verbal regency.

Introdução

Desejamos formular um dicionário com respostas mais objetivas e diretas para os consulentes que buscam entender e usar corretamente a regência verbal e os respectivos campos semânticos na obra que intitulamos Dicionário Multilíngue de Regência Verbal (DMRV), a fim de ajudar na produção textual italiana. No projeto do DMRV, observamos que escolher entre a presença ou não de uma preposição, bem como se a preposição é adequada e, de fato, necessária, implica saber aplicar corretamente as relações semântico-sintáticas dos verbos na produção textual, pois a inadequação pode alterar consideravelmente o sentido do verbo (elemento decisivo na construção de um enunciado).

Precedidas geralmente de uma classificação gramatical, as traduções que figuram nos dicionários bilíngues tradicionais são geralmente limitadas e não contextualizadas. Se pensarmos na elaboração de um dicionário bi e/ou multilíngue que trate adequadamente dos verbos, no que diz respeito à sua regência, estaríamos não só contribuindo para a elaboração de obras dessa natureza mais consistentes e completas,

como também abandonando a visão tradicional de dicionários no que se refere ao tratamento verbal utilizado, e ainda fornecendo um novo tipo de análise em dicionários bilíngues e/ou multilíngues.

Enquanto os gramáticos buscam mostrar que as preposições são vazias de sentido, muitos linguistas tentam provar o contrário, e é isso que buscamos aqui: ressaltar a importância do uso da preposição. Notamos uma certa incompletude das gramáticas no que se refere ao fornecimento de respostas claras e eficazes quanto ao estudo de regência verbal, sendo esta uma lacuna do conhecimento a ser preenchida pelo DMRV.

Este trabalho vinculou-se a uma pesquisa maior, desenvolvida, simultaneamente, por pesquisadores do Grupo de Pesquisa “Lexicologia e Lexicografia contrastiva”¹. Trata-se da elaboração de uma obra de referência, multilíngue, especial e inédita: o *Dicionário Multilíngue de Regência Verbal: verbos preposicionados* (DMRV), cujos verbos do *corpus* apresentam complementos preposicionados, na direção português-alemão / espanhol / francês / inglês / italiano / japonês. Nossa pesquisa se debruçou sobre o levantamento dos equivalentes em italiano para a nomenclatura em português. Para o estabelecimento de tais equivalentes, procedemos a investigações rigorosas em dicionários monolíngues e especializados em verbos italianos, além de consultas a veículos de busca (como os sites www.google.it e www.yahoo.it). Utilizamos a *web* para que pudéssemos reconhecer como autêntico o verbo italiano correspondente ao português e sua(s) respectiva(s) preposição(ões) via averiguação dos possíveis equivalentes nos contextos reais em que ocorrem, ademais da frequência dos mesmos. Não se encontrando um verbo que representasse um equivalente satisfatório para a acepção brasileira expressa nas contextualizações da microestrutura do DMRV, propusemos uma tradução parafrásica.

Portanto, com esta pesquisa, acreditamos contribuir de modo efetivo para o desenvolvimento da lexicografia especial no país, atendendo a uma necessidade específica e central de diversos tipos de consulentes, sobretudo na produção textual em língua estrangeira, em particular, o italiano, cuja relevância no cenário cultural brasileiro não saberíamos subestimar, haja vista nossos fortes laços étnicos e históricos

¹ Grupo de Pesquisa Lexicologia e Lexicografia contrastiva do CNPq (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0330801IS3DKU6>), o qual reúne profissionais da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP de Araraquara, Assis e São José do Rio Preto), da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), da Universidade de Macau-China, de Laval-Canadá e de Utrecht-Holand.

com a Itália, assim como o peso que o país vem assumindo na economia internacional a partir da segunda metade do século XX.

Fundamentação teórica

Em Porto Dapena (2002, p. 43), há uma primeira diferenciação entre dicionários linguísticos (obras que se ocupam das unidades lexicais de uma ou mais línguas) e não linguísticos (obras referentes ao estudo da realidade representada pelas unidades lexicais). Além disso, encontramos uma vasta série de “dicionários” ofertados no mercado por inúmeras motivações. Não basta, no entanto, intitulá-los como “dicionários”, eles precisam apresentar um conjunto de características específicas a esse gênero textual: a) representar autoridade de uso; b) ser um repositório de vocábulos (difíceis); c) servir como instrumento para aprimorar a comunicação, por conseguinte, consolidar a língua; d) incitar a reflexão a respeito da língua; e) contribuir para a aprendizagem de línguas estrangeiras; f) funcionar como arma ideológica (HARTMANN, 1985, p. 5 *apud* BÉJOINT, 2000, p. 108-109).

Focando na constituição de um dicionário, uma das proposições de Guerra (2003, p. 177) corresponde à elaboração de obras bilíngues. Ao afirmar que a Lexicografia Plurilíngue foi a predecessora da Lexicografia Monolíngue, esse autor leva-nos à reflexão de que, em pleno século XXI, a Lexicografia Plurilíngue não avançou da mesma forma que a Monolíngue, dado que as obras dicionarísticas bilíngues mais atuais, em circulação nas mais variadas línguas, permanecem com lacunas, levando à falta de precisão semântica, a omissões linguísticas e a escassas descrições nas microestruturas.

Os dicionários bilíngues são aquelas obras que possuem tamanho variado, reduzida listagem de unidades lexicais repertoriadas e uma evidente superficialidade na descrição de equivalências em duas línguas (SCHMITZ, 1998, p. 162). Comumente, empregam-se equivalências sinonímicas, visto que se presume que uma unidade lexicográfica seja definida e compreendida a partir de um sinônimo na língua de chegada, dispensando explicações definitórias. Vale mencionar que dicionários bilíngues tendem a não contemplar contextualizações em que as lexias estariam presentes. Rios e Xatara (2009) destacam que os lexicógrafos, ao estruturarem suas obras dicionarísticas bilíngues,

[...] não visam apagar diferenças interlinguísticas interculturais, embora visem transpor as barreiras que impediriam o diálogo

intercultural, acreditando na possibilidade de resgatar o maior número possível de elementos constituintes dos significados das unidades lexicais de línguas diferentes (RIOS; XATARA, 2009, p. 159).

Aos usuários de DBs – leigos, como estudantes de línguas estrangeiras, ou profissionais, como os tradutores –, seria muito vantajoso, para potencializar a qualidade e diminuir o tempo de suas buscas, que os dicionários bilíngues fossem representativos a ponto de retratar, significativamente, as informações linguísticas fundamentais a respeito do arcabouço léxico da língua a qual se propõe a descrever. Aponta-se, logo, que há uma problemática quanto à equivalência de itens lexicográficos nos dicionários e, assim, é necessário nos indagarmos se as lexias dicionarizadas são, de fato, segundo Molina García (2006, p. 65), equivalentes, dado que estes têm papel basilar na Lexicografia Bilíngue.

No que concerne à equivalência em Lexicografia Bilíngue (LB), Tondji-Simen (1997, p. 365) delimita-a como

a relação que põe em contato de sinonímia as denominações de línguas diferentes, que representam a mesma noção. Geralmente, quando tratamos duas denominações como equivalentes, subentende-se que elas são intercambiáveis².

Portanto, a equivalência se faz presente ao se relacionar unidades lexicográficas de sistemas linguísticos diferentes que apresentem uma intersecção contextual entre seus significados.

Verificando que há um uso generalizado do termo “equivalência” entre lexicógrafos, Werner (1982) adverte-nos sobre a determinação limítrofe de sua extensão e de suas restrições específicas nos DBs, uma vez que não é possível antever todas as possibilidades de tradução para uma lexia, somando-se à impossibilidade de se descrever cada semelhança e divergência existente entre as línguas. De acordo com esse autor,

[...] a diferente distribuição de nomes em distintas línguas provém, entre outros, do fato de que se baseiam em diferentes maneiras de estruturar a experiência da realidade, de que não existe uma base objetiva para a distribuição das denominações em uma língua (WERNER, 1982, p. 30).³

² Tradução nossa para: “la relation qui met en rapport de synonymie des dénominations des langues différentes représentant la même notion. Généralement, quand on traite deux dénominations d’équivalentes, on sousentend qu’elles sont interchangeables”.

³ Tradução nossa para: “la diferente distribución de nombres en las distintas lenguas proviene, entre otros, del hecho de que se basan en distintas maneras de estructurar la experiencia de la realidad, de que no existe una base objetiva para la distribución de las denominaciones en una lengua”.

Ainda é necessário destacar que os DBs estão sujeitos a variadas críticas, principalmente no que tange ao abreviado volume de equivalentes que possuem em suas microestruturas; considera-se que “a elaboração de todo o dicionário é parte de uma prática social de uma determinada comunidade interpretativa” (SCHMITZ, 2008, p. 19), fato esse que será determinante na recolha e escolha das unidades equivalentes.

Desejamos, com o DMRV, proporcionar aos consulentes brasileiros, munidos de vocabulário básico em italiano, uma ferramenta eficiente de pesquisa rápida, pois o dicionário tem um caráter pedagógico e apresenta um cunho normativo. Destacamos que, nessa obra, a elaboração dos verbetes considera os aspectos contrastivos existentes entre o italiano e o português. Registram-se ainda os verbos transitivos indiretos (VTI) e diretos e indiretos (VTDI), isto é, que exigem complementos preposicionados; foram selecionadas as acepções mais frequentes conforme uso comprovado pela base textual do campus de Araraquara, pela *web* e também por usuários falantes nativos.

Dessa maneira, apresentamos os principais valores e significados expressados por várias preposições italianas, entre as quais *a, da, di, in, con, su, per, tra* e *fra*. O não uso das preposições leva a um não entendimento do italiano, por exemplo, em *Vado Roma un amico*. Notadamente, com as preposições, as frases se tornam claras (*Vado A Roma CON un amico*).

Segundo De Giuli (2007, p. 15), a respeito do funcionamento dessas preposições e de seus usos, observamos que *per, tra* e *fra* nunca se ligam a artigos. Além disso, particularmente, *tra* e *fra* têm sempre o mesmo significado, assim, são escolhidas conforme adequação fonética à frase.

Já as preposições *da* e *di* indicam o lugar de onde se vem, sendo que *da* indica o local de partida, de origem, e *di*, quando usada com o verbo *essere*, introduz a cidade de origem. Ainda com relação ao espaço ocupado, as preposições que indicam o lugar geográfico de onde se é ou para onde se vai são: *a* (quando o lugar é uma cidade) e *in* (quando a localidade não é uma cidade). *Da* se usa para indicar a pessoa pela qual se vai procurar. Ex.: *Questa sera dormo DA te*. Usa-se *in, a* e *da* para indicar onde algo ou alguém está ou para onde vai: a) *in*: quando o lugar é um país, continente ou região; b) *a*: quando o lugar é uma cidade; c) *da*: quando o “lugar” é uma pessoa. Já para indicar o lugar onde alguém ou algo está ou aonde vai podem ser usadas: a) a preposição *tra/fra* (“no meio de”): *Antonia è seduta TRA i libri*; b) a preposição *per*: *Sono seduto PER terra*; c) a preposição *su* (“sobre”): *Maria è seduta SULLa panchina*.

Ainda sobre a movimentação espacial, Patota (2006, p. 60) afirma que, para indicar o lugar através do qual se passa, usa-se *per* e, às vezes, *da*. Ex.: *Mario è passato PER la / DALLa câmera dei suoi genitori*. Já para indicar o espaço que falta para chegar a um determinado lugar, usam-se como preposições: *tra/fra* ou *a*. Ex.: *FRA 10 km siamo arrivati. Roma è A 25 km da qui*.

Ao nos referirmos ao tempo, as preposições podem marcar o momento preciso da ação: a) *in* + indicação de tempo: *Sono nato NEL 1960*; b) *per* (quando o fato ainda não ocorreu): *Torno a casa PER le 8*; c) *a* (diante de nomes de feriados): *A Natale vado da mia zia*; d) *di* (diante dos dias da semana): *DI sera guardo la TV*. Já sobre o início e o fim de um período, encontramos: a) *da... a...* para ações duradouras: *Il bar è chiuso DALLE 12 ALLE 14*; b) *tra* para ações duradouras, porém, com um recorte no período: *Mario arriverà TRA le 5 e le 6* (em um momento qualquer). Por fim, sobre a quantidade de tempo: a) *da* indica período de tempo que vai do passado até o presente: *Abito a Milano DA 10 anni*; b) *in* indica período de tempo no qual se finaliza uma ação: *Sono arrivato Genova IN 2 ore*; c) *per* indica em quanto tempo o sujeito realiza a ação: *Ho abitato a Firenze PER 5 anni*. Também notamos que *in* destaca a finitude da ação, enquanto *per* reforça sua continuidade e duração. Por outro lado, *per* marca também finalidade e causa.

A respeito dos meios de transporte, temos: a) *in* – nomes no singular (*Vado IN macchina*); b) *con* – nomes no singular ou no plural (*Andiamo CON la macchina*); c) *a* – somente com as palavras *cavallo* e *piede* (*Vado A piede*).

Segundo Houaiss (2009), na entrada “regência”, cuja acepção apresenta a marca de uso “gramática”, tem-se a “relação de dependência entre duas palavras numa construção, na qual uma (a regida) complementa a outra (a regente); por exemplo, o verbo rege os sintagmas nominais completivos (objeto direto ou indireto e complementos adverbiais)”. Na perspectiva de Perini e Fulgêncio (1992), é preciso que haja outro caminho a ser levado em consideração para se classificar os verbos quanto aos complementos com os quais co-ocorrem, quer sejam obrigatórios, quer sejam opcionais, visto que os autores defendem que é precisamente na rigidez das noções de “exigência” e “recusa” que se embasa a insuficiência da posição tradicionalista.

Por certo, verbos que admitem apenas opcionalmente um objeto não deveriam ser enquadrados nesse esquema de categorização, por ora terem sentido pleno, ora não, por exemplo o verbo *beber* em

sentenças como: *Joana bebeu o leite quente* (*beber* é transitivo) e *Joana já bebeu* (*beber* é intransitivo). Nesses casos, propõe-se que o verbo *beber* seja considerado como “usado transitivamente” na primeira frase e “usado intransitivamente” na segunda. Logo, a transitividade ou intransitividade referente a um verbo estaria profundamente ligada aos contextos de uso em que as lexias verbais podem aparecer. Nesse sentido,

[...] não obstante o grande número de restrições, a hipótese da co-ocorrência livre de verbos e complementos, em forma modificada, ainda é útil para ajudar a descrever o comportamento sintático dos verbos. E veremos também que as noções tradicionais de “exigência” e “recusa” igualmente merecem ser conservadas, dentro de um novo contexto. O novo contexto a que nos referimos é o que leva em conta a dimensão *marcado/não-marcado*. Essa oposição, para dar uma ideia muito grosseira, procura capturar o fato de que certas coisas são mais “normais” na língua do que outras; desse modo, vimos que o “normal” (isto é, o não-marcado) em português é os verbos exigirem sujeito; já o caso marcado é o dos verbos como *chover*, que admitem opcionalmente um sujeito (PERINI; FULGÊNCIO, 1992, p. 73-74).

Tradicionalmente, os verbos são categorizados pelos gramáticos de acordo com o aceite ou não de seus complementos verbais, quer dizer, “intransitivos” quando os verbos rejeitam qualquer tipo de complemento; “transitivos” quando requerem um complemento (direto ou indireto); e os “de ligação” quando demandam um predicativo.

Isso posto, é necessário elucidarmos alguns aspectos referentes à valência verbal, para fundamentar, claramente, a nossa proposta de obra dicionarística, que leva em consideração tão somente a regência de um verbo, apesar de nos valermos da teoria das valências para melhor entender a valência verbal a partir da perspectiva sintático-semântica. Assim, julgamos elucidativa a citação de Welker (2005), pois

Borba (1990, p. XXI) a define [valência verbal] como o “conjunto de relações estabelecidas entre o verbo e seus argumentos ou constituintes indispensáveis”. Para ser exato, é preciso dizer que existe também a valência de substantivos e de adjetivos (tratada em Borba, 1996a, p. 84-190), de modo que há até mesmo dicionários dedicados especificamente a ela. [...] Tesnière considera o verbo o núcleo da frase. É o verbo que determina quais elementos a frase tem que conter. Como determinado átomo precisa de um certo número de outros átomos para formar uma molécula (o que é indicado pela valência química), assim um determinado verbo – ou melhor – determinada acepção – exige um certo número de *complementos* (ou *actantes*) para que a frase seja gramaticalmente correta. Mas a valência gramatical dá mais do que o simples número.

Enquanto a *regência* só informa se o verbo pede um objeto (direto ou indireto), a valência indica que, por exemplo, *morar* (na acepção mais comum, isto é, *residir*) pede, além do sujeito, um complemento de lugar. No caso de *dizer* vai haver a informação de que, além do sujeito, tem que ocorrer um complemento na forma de um nome (substantivo ou pronome, como *asneiras* ou *nada*) ou do discurso direto ou indireto (WELKER, 2005, p. 75-76).

Ainda sobre a categorização dos verbos a partir de sua transitividade, Vilela (1995, p. 45) afirma que ela não se mostra suficiente, lembrando-nos de que o sentido encontrado em verbos transitivos não se completa apenas pela inserção de objetos, diretos ou indiretos, mas notoriamente também pelos próprios sujeitos que, de fato, determinam a estruturação dos enunciados discursivos. No que lhes diz respeito, os objetos possuem o papel de evidenciar os traços estruturais, os quais já estão previstos.

Além disso, Vilela (1995, p. 45) faz uma distinção entre um objeto preposicionado obrigatório e um objeto preposicionado circunstancial, pois entende que deve ser destacado se a preposição se apresenta vazia de conteúdo ou se é portadora de significado. Referindo-se ao primeiro caso, a preposição introduzirá um complemento nuclear (*Eles não resistem aos sorvetes da Itália*), já no segundo, um complemento periférico, geralmente um adjunto adverbial de tempo, de meio ou de modo (*Sempre torci pelo Palmeiras*).

Parece-nos que o problema maior está em como usar corretamente as preposições, uma vez que podem adquirir diferentes significados conforme o contexto. Embora alguns gramáticos as considerem como vazias de significado, nossa pesquisa constatou que isso não procede; assim como afirma Luft, “são os traços semânticos dos verbos que preveem ou selecionam esta ou aquela preposição cujos traços combinem com os daqueles” (1996, p. 14). Logo, a regência verbal evidencia um uso indispensável de elementos nominais de um verbo a fim de completar sua estrutura significativa.

Sob uma breve perspectiva da origem latina de nossa língua, no que tange aos termos integrantes e essenciais da oração, sujeito e objeto continuam a ser expressos pelos casos nominativo e acusativo, entretanto, passaram a ocupar, respectivamente, as posições anterior e posterior ao verbo. Assim, conforme Ilari (2018, p. 114),

[...] o objeto indireto, antes expresso pelo dativo, passou a ser indicado pela preposição *ad*, que era de início utilizada para indicar o lugar ao qual se dirige um movimento; os verbos

que se construam com duplo acusativo (por exemplo, *docere*, “ensinar”) tendem a transformar-se em transitivos comuns (*ensinar algo a alguém*); o predicativo do sujeito e do objeto (*ser considerado um sábio, nomear alguém cônsul*) desenvolvem, ao lado da construção clássica no nominativo e no acusativo, uma construção com *pro*, *de* e *quomodo*. *De* e *de + ab* passam a introduzir o agente da passiva. A tarefa de expressar as circunstâncias, formando adjuntos adverbiais, foi atribuída às preposições *cum*, *de*, *per* e algumas outras.

Essas observações nos recordam um confronto sistemático da perspectiva sintática latina (vulgar) e clássica, o qual não trataremos aqui, mas que acreditamos ser interessante evidenciar para aqueles leitores que se mostrem interessados em seu aprofundamento. Sobre o funcionamento da língua, Castilho (2016, p. 688) ressalta que

[...] o princípio de projeção foi identificado na gramática clássica e perpetuado na tradição ocidental sob a denominação de *transitividade*. Ele foi retomado modernamente pelos analistas da conversação e pelos sintaticistas, notando-se neste caso uma oscilação terminológica entre *transitividade*, *regência*, *valência*.

Essa perspectiva de Castilho (2016) é necessária para termos em mente a propriedade geral das línguas por meio da qual ocorre a entrada em um turno conversacional, a organização sentencial e o estabelecimento dos traços semânticos enunciativos.

Com base nas gramáticas brasileiras e italianas consultadas, definimos verbo como palavra variável (dado que pode apresentar flexões de número, pessoa, tempo e modo) que exprime um processo, quer se trate de ação (sofrida ou praticada pelo sujeito), existência ou estado, mudança de estado ou fenômeno da natureza. A gramática, tradicionalmente, reconhece-lhe um papel fundamental no mecanismo da oração, dado que o mesmo é o seu centro sintático (é ao redor do verbo que se organizam os diversos elementos que a compõem). A importância do verbo no discurso pode ser ilustrada pela sua própria etimologia: *verbo* deriva do latim *verbum*, que quer dizer *palavra*. O verbo é a palavra por excelência.

Embora se assemelhem em muitos pontos, a classificação dos verbos em função da exigência e/ou recusa de complementos (preposicionados ou não) difere substancialmente no italiano e no português. Notamos que, em relação ao significado e à função na oração, as gramáticas das duas línguas adotam uma postura praticamente idêntica: os verbos, se não forem semanticamente vazios e puderem

ser usados até mesmo sozinhos, são denominados *nocionais* (*verbi predicativi*). Se, ao contrário, não servem senão para coligar o sujeito a um nome ou adjetivo, caso do verbo “ser” em português e do seu equivalente italiano, *essere* (também chamado de *verbo semplice*), são denominados não-nocionais (*verbi copulativi*). Em português, os verbos nocionais dividem-se em intransitivos e transitivos (diretos e/ou indiretos). Os verbos transitivos diretos requerem um objeto direto (ou seja, não introduzido por preposição); os indiretos, um objeto indireto (introduzido forçosamente por preposição). Os intransitivos dispensam complementação. Já em italiano, os *verbi predicativi* podem ser *transitivi* ou então *intransitivi*. Os *transitivi* requerem um *complemento oggetto diretto* (nunca introduzido por preposição) e equivalem, grosso modo, aos nossos verbos transitivos diretos. Os *intransitivi* englobam os nossos verbos intransitivos e os nossos transitivos indiretos.

Sobre a busca por equivalente, Biderman (2001, p. 154) afirma que

[...] quando ocorrem equivalências perfeitas entre dois sistemas linguísticos, tais fenômenos costumam ser casuais e esporádicos, o que passa a ser irrelevante no confronto global de duas estruturas léxicas. As redes de significação do Léxico de uma língua A nunca se ajustam em todos os seus nós significantes às redes de significação do Léxico de uma outra língua B (BIDERMAN, 2001, p. 184).

Desse modo, podemos concluir que o problema mais significativo com o qual nos deparamos quando da busca de equivalentes em italiano para os verbos preposicionados em português é a dificuldade de diferenciar, em italiano, os objetos indiretos de eventuais complementos circunstanciais (ambos sob a rubrica italiana *v intr* e introduzidos por preposição). Como os *intransitivi* englobam os nossos intransitivos e transitivos indiretos, não há nenhuma menção mais específica nos dicionários italianos quanto à necessidade de um *complemento di oggetto indireto*, o que nos exigiu atenção redobrada e um olhar ainda mais analítico.

O DB deveria ser didático por ser fonte de pesquisa para usuários especialistas (como o tradutor) e leigos, pois registra na definição o uso feito na língua de chegada. Seja em abonações ou frases forjadas, há obras cujos exemplos dados possuem falhas na contextualização dos itens lexicais, a qual poderia ajudar enormemente na compreensão de seu significado. À vista disso, elaborado a partir de várias microestruturas que contemplam verbos cujos complementos sejam preposicionados,

o DMRV, dicionário especial tratado nesta pesquisa, teve seu verbete padronizado da seguinte forma:

ENTRADA EM PORTUGUÊS

1. acepção frequente com especificação esquemática dos complementos (direto e indireto) ou apenas do complemento direto, com destaque nas preposições exigidas que virão em MAIÚSCULAS [algum(ns) sinônimo(s) esclarecedor(es) e elucidativo(s)]
→ exemplo criado adequadamente para ilustrar o sentido, com contextos simples.

X: *equivalentes em itálico* nos seis idiomas, especificados por um letra maiúscula que os define, e destaque em **negrito** da preposição ou indicação de que o verbo equivalente não é preposicionado.

Segundo Zavaglia (2016, p. 84), compete à Lexicografia Bilíngue “procurar dirimir as barreiras interlinguísticas, sendo considerado ‘equivalente’ um item lexical que contenha a maior quantidade possível de traços semânticos em comum com a unidade lexical de outra língua”. Ao se considerar esse rompimento de barreiras, podemos destacar propostas de dicionários especiais, os quais – mono, bi ou plurilíngues – devem ser entendidos como as obras lexicográficas de uma língua natural que procuram descrever itens lexicais inventariados em razão de suas características particulares (ZAVAGLIA, 2009, p. 38).

Nota-se que dificuldades pelas quais passa um tradutor também têm origem na ausência de obras de referência especiais cuja existência atenderia a várias expectativas. A Lexicografia vem propor a pesquisa e a formulação de dicionários e, diga-se de passagem, durante o século XX passou por um grande avanço em seus estudos teóricos graças à Linguística. No decorrer do processo de produção do DMRV, notamos a dicotomia entre teoria e prática: os consulentes, seja o usuário comum ou o especialista, tendem a não questionar a elaboração de uma obra de referência (dicionário) que exige uma longa e árdua pesquisa, desejando apenas obter a informação procurada, de modo rápido e objetivo.

A organização do DMRV é feita por ordem alfabética e as entradas são retiradas de um *corpus* pré-determinado, cuja constituição visa abarcar um amplo público (quer sejam leigos, como estudantes de língua estrangeira, quer sejam profissionais, como tradutores).

Material, metodologia e desenvolvimento

Muitas vezes, os dicionários são utilizados de maneira não correta e frágil, pois os consulentes nem sempre estão preparados para manuseá-los com eficiência a fim de aproveitar o conhecimento ali

inserido. Desejamos não só ser objetivos e poupar tempo ao usuário, mas também abranger o português e o italiano na questão da regência verbal. Nesse sentido, o DMRV vem tratar desse assunto uma vez que os consulentes são levados a escolhas aleatórias, muitas vezes, baseadas na língua materna, que podem levar ao erro.

Para o DMRV, partimos do português para o italiano, limitando-nos à língua contemporânea (*web*, jornais etc.), observamos o índice de frequência para apresentar as construções gramaticais e os exemplos. Entendemos a equivalência tradutória como um termo que traz a relatividade dos significados, pois o que une os signos aos referentes está relacionado à ação dos usuários de determinada época e sociedade. No DMRV, buscamos uma equivalência semântica do léxico, isto é, equivalentes capazes de representar a acepção do verbete da língua portuguesa (Brasil) na língua de chegada (italiano).

Para este trabalho, tomamos como conceitos de partida o “verbo transitivo indireto” como todo verbo cujo sentido só se completa por meio de objeto indireto; e o “objeto indireto” como o complemento preposicionado que preenche traços semânticos intrínsecos e essenciais ao verbo. Não nos interessam verbos cujos complementos são preposicionados, porém que apresentem uma baixa frequência. Consideraremos frequente uma palavra com, no mínimo, mil ocorrências no universo de 200 milhões de palavras, segundo dados apontados por Berber Sardinha (2004, p. 169).

Neste projeto, cuja elaboração valeu-se de consultas à base textual do Laboratório de Lexicografia da UNESP de Araraquara (com mais de 200 milhões de ocorrências e que adotou como parâmetro de alta frequência o índice de duas mil ocorrências), consideramos frequente a acepção do verbo com complemento obrigatoriamente preposicionado que ocorreu, no mínimo, mil vezes (atingindo um índice médio de frequência). Fizemos parte de nossa pesquisa: dicionários monolíngues brasileiros e italianos; dicionários bilíngues português/italiano e italiano/português; jornais italianos (ex.: *Corriere della Sera*, *La Stampa*, *La Repubblica*); consultas a veículos de busca, como os sites www.google.it e www.yahoo.it. Além disso, houve uma grande contribuição por parte de falantes nativos, como a professora leitora Alessandra Rondini.

Como parâmetros da pesquisa lexicográfica, dividimos os estudos teóricos em etapas para encontrar os itens lexicais equivalentes, sendo que a primeira consistiu em sistematizar a literatura a respeito de dicionários bilíngues especiais e de regência verbal, enfatizando conceitos

como “fidelidade” e “equivalente” (fundamentais para a elaboração dos verbetes) em teoria da tradução. Em seguida, procedemos à análise de dicionários italianos e consultamos sistemas de busca da internet para detectar os correspondentes tradutórios que melhor se adequassem às acepções da nomenclatura em português. A partir disso, demos início à elaboração propriamente dita dos verbetes, na direção português-italiano. E, finalmente, solucionamos problemas lexicográficos ainda constantes no dicionário, fazendo uma revisão final das propostas de equivalência.

Nosso foco foi a regência verbal e, para tanto, analisamos 1050 verbetes, com cerca de 2115 acepções no total. Nossos resultados indicam que *a*, *di*, *con* e *per* são as preposições italianas mais usadas para indicar o complemento indireto italiano em comparação com outras (*circa*, *fra*, *tra*, *verso*); também notamos, pelas microestruturas elaboradas, que diferentes acepções de um mesmo verbo no português apresentam a necessidade ou não do uso de preposição(ões) em seus equivalentes italianos; além disso, em alguns momentos, tivemos que propor equivalentes parafrásicos ou até mesmo inserir pronomes indefinidos como *qualcosa* e *qualcuno*.

Tomamos como padrão as seguintes diretrizes: caso o equivalente italiano fosse também um verbo frequente, mas não preposicionado, o símbolo \emptyset seguiu ao equivalente; se o equivalente verbal proposto também exigisse complementos preposicionados, indicamos as devidas preposições; já se o equivalente italiano não correspondesse a uma unidade léxica verbal, propusemos uma tradução parafrásica; e, finalmente, caso o equivalente se referisse, por exemplo, apenas a “algo”, enquanto o verbo em português se referisse a “algo” e a “alguém”, ou vice-versa, isso foi explicitado mediante a indicação do pronome indefinido *qualcosa* (*qlco*) ou *qualcuno* (*qlcu*).

No DMRV, consideramos os verbos equivalentes em italiano e formulamos microestruturas com suas respectivas preposições ou mesmo com a constatação da não necessidade delas. A proposta do DMRV conta com os resultados de várias pesquisas coordenadas por professores especialistas das línguas alemã, espanhola, francesa, inglesa, italiana e japonesa, respectivamente, João Moraes P. Júnior, Rosa M. Silva, Claudia Xatara, Peter Harris, Claudia Zavaglia e Eliza Tashito.

O Google foi uma ferramenta extremamente útil para que conseguíssemos buscar os equivalentes. Assim, encontramos grande

número de acepções em verbos como aqueles das letras A (274 acepções), C (366 acepções), R (117 acepções) e T (133 acepções), diferentemente da quantidade baixa de acepções dos verbos das letras Q (7 acepções), U (5 acepções) e Z (4 acepções). Levantamos as possibilidades de tradução para cada uma das 2115 acepções trabalhadas no período. As equivalências foram propostas baseadas em: (i) dicionários monolíngues – De Mauro (2000), Garzanti (1994), Zingarelli (2006); (ii) dicionários monolíngues *on-line* (Corriere della Sera, Garzanti Linguistica); (iii) dicionários bilíngues – Martins Fontes (2004), Michaelis (1996); (iv) sessões com informantes italianos, como a professora leitora Alessandra Rondini, quando as informações constantes nos dicionários se mostraram insuficientes para chegarmos ao equivalente procurado, como *nascere* ou *unire*; (v) na inserção do símbolo Ø (em itálico e negrito) após um equivalente italiano (em itálico e indicado por “It:”) que fosse um verbo frequente e não preposicionado; (vi) na indicação em itálico e negrito de todas as preposições.

Os sites de busca foram extremamente importantes durante toda a feitura deste trabalho, sendo o fator fundamental para validar nossas escolhas, mostrando a contextualização dos itens lexicais. Assim, foi possível validar os equivalentes italianos e sua pertinência para inclusão no DMRV com relação a uma equivalência literal, não-litera ou parafrásica.

A frequência encontrada para os equivalentes lexicais italianos foi um dos requisitos de toda a pesquisa da Profa. Dra. Claudia Zavaglia –pesquisadora-orientadora no par de línguas português-italiano do DMRV – tornando-se nosso foco para que aceitássemos os equivalentes ao elaborarmos os verbetes. Após nos decidirmos por determinado equivalente, o verbete foi elaborado e, ao final, uma revisão geral das microestruturas foi realizada. Ao finalizar o verbete, eles foram corrigidos novamente pela orientadora do projeto, atestando ou não sua formulação.

Resultados alcançados

Tivemos, em muitos momentos, dificuldades quanto à não equivalência entre os sistemas linguísticos português/Brasil e italiano/Itália (estruturas que, por vezes, diferem com relação aos complementos verbais). Assim, a busca por sinônimos em italiano, após pesquisa em dicionários, sites de busca e discussões com falantes nativos, levou-

nos a equivalentes mais adequados, tais como: para *brincar DE algo*, sugerimos *fare la parte DI*; para *ganhar DE alguém EM algo*, *superare qlcu IN qlco* e *vincere IN qlco CON qlcu*; para *gostar DE algo*, *A qlcu + piacere qlco*; e, por fim, para *haver-se COM alguém*, *vedersela CON qlcu*.

O DMRV almeja poupar ao consulente um esforço excessivo na sua busca por informações específicas em dicionários ou nas gramáticas. Constatamos que a relação entre o termo regente e o termo regido pode se dar por meio de mais de uma preposição. Observou-se a presença de uma só preposição em português enquanto no italiano se admitiam duas ou mais preposições para a mesma acepção em 69 acepções, por exemplo, em *vivere, abitare IN, A* equivalendo ao verbo *habitar*, ou também, em *ungere CON, DI* equivalendo a *untar*.

Encontramos mais de um equivalente italiano para uma mesma acepção no português em 1231 acepções, exemplificados a seguir: *lottare, combattere PER* para *brigar POR algo*; *raccontare, esporre A qlcu* para *narrar algo A, PARA alguém*; *provocare, causare A* para *ocasionar algo A, PARA alguém*. Com isso, observamos a movimentação da língua, pois ela não é estática e sofre mudanças pelas ações do tempo e de seus falantes.

Nota-se a presença de mais de uma preposição em português enquanto a língua italiana admite apenas uma preposição para a mesma acepção em 369 acepções. Exemplos: para *beneficiar-se COM, DE algo* encontramos *approffitare DI*; para *guiar alguém A, PARA algo* encontramos *orientare VERSO*; para *jogar algo A, EM, PARA alguém* encontramos *tirare, lanciare A*.

Houve a necessidade de recorrermos a paráfrases em 126 acepções verbais ao propormos determinado equivalente em italiano para o respectivo verbo em português. Dentre elas, temos: *essere indeciso FRA* para *balançar ENTRE algo ou alguém*; *avere bisogno DI* para *necessitar DE algo*; *prendere IN giro qlcu* para *zoar DE alguém*. Precisamos recorrer a paráfrases para os verbetes: *balançar, bastar, brincar* (acepções 3 e 5), *brindar* (acepções 1 e 2), *ganhar* (acepção 2), *gostar* (acepção 2), *habilitar* (acepção 1), *hesitar* (acepção 2), *nascer* (acepção 2), *necessitar*, *negociar* (acepção 2), *oferecer* (acepção 5), *olhar* (acepção 2), *originar*, *zelar* (acepções 1 e 2), *zoar* e *zombar*.

Analisando, contrastivamente, os dois sistemas linguísticos, percebemos que a busca por sinônimos em italiano nos deu um ótimo suporte para conseguirmos decidir se este ou aquele equivalente seria mais adequado ou não. A título de exemplificação, o verbo *nascer*, cujo

equivalente nos foi útil para tomar a decisão; verbos como *negar*, cuja determinação do traço semântico nos acarretou muita dificuldade, e, a partir desse ponto, fomos levados a equivalentes como *negare DI + fare qlco*, *negare A* e *rifiutarsi DI*; outras possibilidades nos surgiram, porém foi o conjunto semântico que nos levou a essas escolhas e, nesse ponto, é que a intervenção de falantes nativos ajudou a ratificar nossa decisão, observando os itens que íamos propondo e dando sua relevante opinião.

A dificuldade em relação à busca dos não-equivalentes diretos é bem clara e frequente, isto é, a questão semântica foi fundamental para buscar a equivalência entre o português do Brasil e o italiano da Itália, pois observamos diferenças quanto à valência verbal dos dois sistemas. Por exemplo: com o verbo *unir* e o verbo *unire* observamos na acepção 1 o uso das preposições *a* ou *com* em português (ex.: para completar a figura, você deve unir as peças vermelhas às [com as] verdes), porém, em italiano, observamos a coordenação com ausência da preposição ou com uso da preposição *A* (ex.: *mi riferisco A SudoKube, il primo puzzle al mondo ad unire Ø il Sudoku ed il Cubo di Rubik; mp3 o altra estensione da unire A video mpeg*). Desse modo, notamos que o símbolo \emptyset demonstra a ausência de uma complementação preposicionada.

Um caso curioso foi o da segunda acepção do verbo *unir* (*unir-se CONTRA alguém*), em que encontramos duas possibilidades aceitáveis: *unirsi CONTRO* (caso o nome do indivíduo seja mencionado) e *unirsi CONTRO DI* (caso na sequência seja usado um pronome pessoal).

De modo geral, certos pontos foram recorrentes no desenrolar dessa pesquisa: uso de paráfrases, diferença de complementos entre os dois sistemas, ocorrência de mais de uma preposição para a mesma acepção, emprego de uma preposição no português e mais de uma no italiano e vice-versa.

Considerações finais

Pretendemos, neste artigo, divulgar não só os resultados da investigação realizada, mas também o modelo de microestrutura padrão dos 1050 verbetes constituídos, explanando os resultados finais sobre a inserção dos correspondentes tradutórios em língua italiana no DMRV.

O uso correto da regência verbal consiste em uma grande dificuldade da língua, seja ela materna ou estrangeira, e, por vezes, não se leva em conta a língua em uso (oralidade), assim, as preposições são tratadas apenas pela forma normativa. Nos dicionários, as informações

sobre regência verbal vêm implícitas em exemplos não contextualizados, de modo que o usuário perde tempo na consulta e pode não esclarecer sua dúvida. Há pouco material em italiano para auxiliar os usuários da língua no que tange à regência verbal, e a desinformação do usuário pode levá-lo a transferir seu conhecimento da língua materna para a língua em aprendizagem.

Portanto, esperamos ter colaborado de modo efetivo para a consulta dos aprendizes de italiano como língua estrangeira com esta parte da pesquisa do DMRV, pois, aqui, propusemos as preposições da língua italiana e os equivalentes aos verbos com os quais trabalhamos na língua portuguesa, fundamentados em parâmetros lexicográficos e tradutológicos.

Referências bibliográficas

BÉJOINT, H. **Modern lexicography**: An Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, F. S. **Dicionário de usos do português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BORBA, F. S. (coord.). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

DE GIULI, A. **Le preposizioni italiane**: grammatica – esercizi – giochi. Firenze: Alma Edizioni, 2007.

GUERRA, A. M. M. **Lexicografía española**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 2003.

ILARI, R. **Linguística românica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LUFT, C. P. **Dicionário prático de regência verbal**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MOLINA GARCÍA, D. La equivalencia. In: GARCÍA, D. M. **Fraseología bilingüe**: un enfoque lexicográfico-pedagógico. Granada: Editorial Comares, 2006. p. 65-83.

PATOTA, G. **Grammatica di riferimento dell'italiano contemporaneo**. Novara: Garzanti Linguistica, 2006.

PERINI, M. A.; FULGÊNCIO, L. Notas sobre a transitividade verbal. In: KIRST,

M. H. B.; CLEMENTE, E. **Lingüística aplicada ao ensino de português**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 63-82.

PORTO DAPENA, J. Á. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Gredos, 2002.

RIOS, T. H. C.; XATARA, C. M. O conceito de equivalência em Lexicografia Bilíngue e Teoria da Tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 23, p. 149-168, 2009.

RODRIGUES, V. C. **Dicionário Houaiss de Verbos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

SCHMITZ, J. R. A problemática dos dicionários bilíngües. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 1998, p. 159-168.

SCHMITZ, J. R. Reflexões sobre dicionários bilíngües inglês-português decorridos 23 anos. In: XATARA, C.; BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P. R. M. (org.). **Lexicografia pedagógica**: pesquisas e perspectivas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <http://www.cilp.ufsc.br/LEXICOPED.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2020.

TONDJI-SIMEN, R. Lexicomatique, compréhension et extensionnisation. **Meta**, Montréal, v. 42, n. 2, p. 364-373, jun. 1997.

VILELA, M. **Léxico e gramática**. Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática. Coimbra: Almedina, 1995.

WELKER, H. A. A valência verbal em três dicionários brasileiros. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 8, n. 1, 2005.

WERNER, R. Léxico y teoría general del lenguaje. In: HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R. **La lexicografía**: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica. Madrid: Gredos, 1982. p. 21-94.

ZAVAGLIA, C. A equivalência na lexicografia bilíngue. In: NADIN, O. L.; ZAVAGLIA, C. (org.) . **Estudos do léxico em contextos bilíngües**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2016. v. 1.

ZAVAGLIA, C. **Sistematização crítica em Lexicografia e Lexicologia**. 2009. Tese (Livre-docência em Lexicologia e Lexicografia) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009.